

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A PARTICIPAÇÃO RECENTE DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.

Jorge Souza Alves y Eliana Monteiro Moreira.

Cita:

Jorge Souza Alves y Eliana Monteiro Moreira (2009). *A PARTICIPAÇÃO RECENTE DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/846>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Ttd>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A PARTICIPAÇÃO RECENTE DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Jorge Souza Alves¹
Eliaana Monteiro Moreira²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação feminina no mercado de trabalho paraibano a partir da década de 1990. Através da pesquisa realizada, constatou-se um crescimento do desemprego, atingindo predominantemente as trabalhadoras, embora os dados revelem, simultaneamente, indícios de diminuição do quadro de vulnerabilidade e discriminação entre aquelas que estavam trabalhando. Observamos que estes aspectos permaneciam evidentes, pois embora as mulheres fossem portadoras de maiores níveis de habilidades e qualificação do que os homens, estes elementos pouca influência tiveram para ampliar o acesso delas às melhores ocupações e profissões. Se esse aumento de participação significou uma barreira vencida pelas mulheres no seu processo de emancipação sócio-econômica, e contribuiu para alterar a divisão sexual do trabalho preexistente, o fato disso ter ocorrido num momento de crise, com aumento da exclusão e da precarização do trabalho, leva-nos a refletir sobre o alcance e a permanência dos fatores positivos acima observados.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Mercado de Trabalho. 2. Participação feminina. 3. Ocupação e desocupação. 4. Vulnerabilidade.

¹ Autor. Graduado e mestre em economia pela UFPB (Campus I), doutorando em sociologia da UFPB (Campus I), Supervisor Técnico do Departamento intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) na Paraíba entre 1989 e 2002, e Analista Sócio-Econômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Paraíba, desde setembro de 2002.

² Co-autora. Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPB.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm presenciado significativos aumentos da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, num contexto marcado por transformações políticas, culturais, sociais e econômicas de grande magnitude. Neste período, constatou-se uma desaceleração do crescimento da população brasileira desde a década de 1970, em função das quedas das taxas de fecundidade³ e natalidade que, conjugadas à redução da mortalidade, proporciona seu crescimento vegetativo, dando início ao processo de envelhecimento da mesma. Esses fatos ocorreram paralelamente ao crescimento da participação feminina na população total (em função da sobremortalidade masculina), entre a população com melhores níveis de escolaridade, como também entre as pessoas que eram referência das famílias, seja pela dissolução do casamento, seja pela morte do marido, por abandono ou, ainda, pela simples opção de morarem sozinhas.

No plano econômico, viveu-se um contexto marcado pela adoção de planos e/ou medidas de estabilização econômica, visando o combate à inflação e à reforma do Estado, que estimulou a reestruturação das empresas. A conjugação desses fatores resultou tanto na diminuição das funções e do tamanho do Estado, numa desaceleração inflacionária e num processo de centralização de capitais, como no aumento das desigualdades e da exclusão sociais. Houve também uma maior diversificação das ocupações, proporcionando assim novas possibilidades de atuação para as mulheres.

As famílias foram diretamente atingidas com este quadro, através da perda de qualidade de vida de seus integrantes e o aumento do desemprego de muitos dos responsáveis pelos domicílios, contribuindo, assim, para a expansão da participação feminina no mercado de trabalho, bem como para o crescimento de famílias cuja referência econômica do domicílio é a mulher.

A retomada do crescimento econômico e a ampliação das políticas de proteção social, a partir de 2004, contribuíram para atenuar os níveis de desigualdade e exclusão sociais, mas continuava o desafio da manutenção do crescimento econômico com políticas duradouras de combate à exclusão e às desigualdades sociais.

Os fatores acima apontados, aliados à busca de emancipação e de direitos iguais na sociedade, e à presença cada vez mais atuante nos espaços públicos, contribuíram para que houvesse relevantes transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, que terminaram por alterar a constituição da identidade feminina, em função de sua maior inserção no mercado de trabalho.

Para algumas autoras, como Bruschini (2000), Posthuma & Lombardi (1997), esta inserção continuou ocorrendo de forma diferenciada da masculina, e, assim, velhas formas de desigualdade se reproduziam, enquanto barreiras eram vencidas e novas oportunidades surgiam.

Este estudo busca analisar de que maneira isso ocorreu na Paraíba, entre 1992 e 2007⁴, a partir dos dados da PNAD/IBGE⁵. Para tanto, dividiu-se o mesmo em quatro seções, sendo esta introdução a primeira delas. Nas duas seções seguintes, uma se ocupa de

³ Na Paraíba, as taxas de fecundidade caíram de 7,7 filhos/mulher, em 1970, para 2,2 filhos/mulher, em 2007.

⁴ O ano de 1992 foi utilizado como referência em função das mudanças metodológicas ocorridas na referida pesquisa, sendo esta a data ao qual as estatísticas começaram a ser divulgadas já com base na nova metodologia.

⁵ A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), da Fundação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios, com periodicidade anual, que produz uma base estatística referente aos mercados formal e informal.

mostrar a participação feminina no mercado de trabalho paraibano, a partir de alguns indicadores e variáveis básicas utilizadas, e a outra analisa o crescimento da exclusão social entre as mulheres. E, por último, as considerações finais sobre o tema em questão.

1. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

A participação das mulheres no mercado de trabalho sempre foi, historicamente, inferior à dos homens. A tradição cultural, que define o homem como o provedor da família e o responsável por trabalhar fora e ganhar o seu sustento, e a mulher como a responsável pelos filhos e pela execução dos serviços domésticos, sempre foi determinante para que relativamente poucas mulheres se inserissem no mercado de trabalho. Quando trabalhavam fora, dedicavam-se a tarefas que podiam ser associadas às mesmas desempenhadas em casa: cuidar de crianças ou educá-las, realizar serviços de limpeza, cozinhar, ou atuar em profissões menos qualificadas na área de saúde. Modificar esse quadro e abrir novos espaços para a atuação profissional, foi o desafio das mulheres ao longo do século XX, que cada vez mais passaram a ingressar no mercado de trabalho. O desejo pessoal de realização, a luta por emancipação feminina, a necessidade de melhorar a renda familiar, e a obrigação de assumir a responsabilidade total da família, em função do desemprego ou ausência do cônjuge⁶, são alguns dos fatores que contribuíram para que a taxa de participação feminina fosse crescente nas últimas décadas.

Ao ingressarem no mercado de trabalho, porém, as mulheres enfrentam diversas barreiras a serem transpostas. A dificuldade inicial reside na necessidade de continuar desempenhando também as tarefas domésticas, aquelas tradicionalmente reconhecidas como sendo de responsabilidade e/ou habilidade exclusivamente femininas: cuidar dos filhos, da casa, de idosos e doentes⁷. Segundo o DIEESE (2002), até meados do século XX, muitas mulheres jovens ingressavam no mercado de trabalho enquanto solteiras, mas abandonavam as ocupações fora do lar após o nascimento dos filhos e, com frequência, só retornavam na falta do marido, para garantir a sobrevivência das crianças. Na atualidade, a tendência predominante é a de procurar permanecer ocupadas, conciliando o trabalho com as diferentes etapas de sua vida, como educação e filhos. O desempenho dessa dupla jornada, portanto, passa a ser um traço marcante para o resto da vida.

Na Paraíba, os dados da PNAD mostraram um aumento da taxa de atividade⁸ feminina entre 1992 e 2007, de 43,2% para 44,2% (Gráfico 1)⁹, que, apesar disso, ainda continuava bem inferior à masculina. Entre as mulheres paraibanas, o único grupo que teve

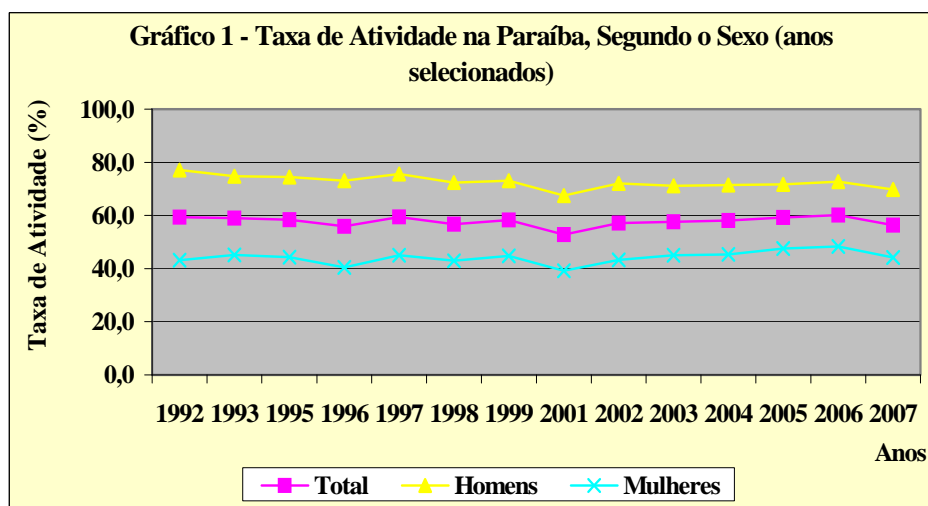
⁶ O crescimento expressivo das famílias monoparentais cujo responsável pelo domicílio é a mulher, e o aumento do desemprego entre os homens adultos, contribuiu para que a participação das mulheres no total dos responsáveis pelos domicílios passasse de 19,6% em 1991, para 25,3% em 2000, na Paraíba, segundo os Censos Demográficos.

⁷ Apesar do número de pessoas ocupadas que cuidam dos afazeres domésticos na Paraíba, ter crescido 19,2% entre 1996 e 2007, devido principalmente ao maior aumento da participação masculina (que passou de 44,1% para 47,2% do total dos ocupados nesta condição), ainda é bem elevada a diferença entre homens (10 horas) e mulheres (25,8 horas) em relação à média de horas gasta com afazeres domésticos.

⁸ A taxa de atividade é um dos indicadores utilizados para medir a participação da população no mercado de trabalho, e é resultado da relação entre a População em Idade Ativa - PEA (população com 10 ou mais anos de idade, ocupada ou desocupada à procura de trabalho) e a População em Idade Ativa - PIA (pessoas que possuem 10 ou mais anos de idade).

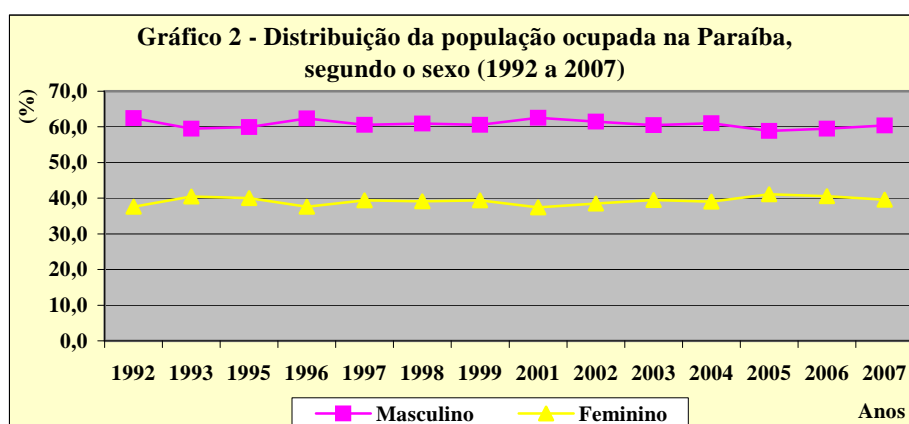
⁹ Ressalte-se que isso ocorreu apesar do crescimento do nível geral de ocupação (12,1%) ter sido inferior ao crescimento da PEA total (15,3%), para o mesmo período.

crescimento da taxa de atividade foi o de 25 a 59 anos de idade, que passou de 57,9% para 60,3%, respectivamente. Esses dados demonstram a persistência da atividade econômica das mulheres durante todo o período de sua idade reprodutiva e também durante o tempo de criação dos filhos.



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Anos Selecionados).

Entre os ocupados, a participação feminina era pequena, apesar ter passado de 37,6% em 1992, para 39,6% em 2007 (Gráfico 2), o que denotava dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres que conseguiam algum trabalho, conviviam com diversos obstáculos à consecução de atividades de melhor qualidade, pois poucas eram alçadas a cargos na hierarquia mais elevada do mercado de trabalho¹⁰.



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Anos Selecionados).

¹⁰ Na Paraíba, proporção de pessoas ocupadas na categoria de dirigentes em geral era de 3,8% do total dos ocupados, para os homens, e de 2,9%, para as mulheres, em 2007. Essa proporção era uma das menores do Nordeste que, junto com a Região Norte, detinham as menores proporções entre as Grandes Regiões brasileiras.

Por outro lado, eram destinados a elas postos de trabalho localizados, preferencialmente, nas áreas mais tradicionalmente ligadas à atividade feminina, como funções no setor de serviços, associadas à educação de crianças e jovens; aos cuidados da saúde; aos serviços de limpeza; no trabalho social; no comércio de mercadorias ou em atividades agrícolas.

Na Paraíba, observou-se uma pequena melhoria de sua inserção, com o aumento de importância relativa na indústria entre 1992 e 2007, passando de 22,8% para 30,1%, na agricultura, de 25,8% para 30,1%, e no comércio de mercadorias, de 34,9%, para 36,1%, havendo redução nos segmentos de serviços, de 62,6%, para 61,6%, e construção civil, de 2,8%, para 0,9%.

Analisando-se a evolução na distribuição de homens e mulheres de acordo com os grupos de faixa etária, constatou-se, por um lado, um aumento da participação feminina nos grupos de ocupados de 10 a 14 anos, de 15 a 24 anos e de 60 anos ou mais, em função do decréscimo da participação masculina. Por outro lado, a participação relativa das mulheres no grupo dos adultos permanecia estável entre os extremos do período, em torno de 41%.

Em relação à posição na ocupação, observou-se significativos aumentos da participação feminina nos grupos dos empregadores e não remunerados entre 1992 e 2007 (passou de 9,5% para 26,9%, e de 42,8% para 52,9% do total dos ocupados, respectivamente) e, em grau menor, no grupo dos ocupados por conta própria (passou de 21,8% para 28,7%, entre 1992 e 2007), enquanto caía a participação feminina entre os trabalhadores domésticos (de 95,7%, para 94,5%, respectivamente) e na produção para o próprio consumo (de 62,6% em 1992, para 46,8% em 2007). No grupo dos empregados, houve estabilidade da participação feminina, em torno de 33%.

A publicação Síntese de Indicadores Sociais para 1996 e 2007, constatou que o maior diferencial de escolaridade entre homens e mulheres no interior dos ocupados, é maior do que considerando-se a população total, e ocorre especialmente entre os ocupados das áreas urbanas. Na Paraíba, esse diferencial subiu de 1,5 anos (6,7 anos, contra 5,2 anos), para 1,7 anos (8 anos, contra 6,3 anos), respectivamente. Para Buschini, Lombardi & Unbehau (2006), além de continuar marcando presença em espaços de atuação tradicionais, como o magistério e a enfermagem, as mulheres instruídas tem penetrado em áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e a engenharia, tradicionais redutos masculinos. Na visão das autoras, esse fenômeno poderia ser considerado uma das faces do progresso alcançado pelas mulheres.

Em relação à distribuição segundo as horas habitualmente trabalhadas semanalmente em todos os trabalhos, constatou-se um aumento da importância feminina em todos os grupos analisados, destacando-se no grupo dos ocupados com jornada de 40 a 44 horas, o grupo que concentra as melhores ocupações, em termos de formalização, jornada e remuneração do trabalho, tendo passado de 23% para 30,9% do total dos ocupados, entre 1992 e 2007. Entre os ocupados com até 39 horas de jornada, reforçou-se a tradicional hegemonia feminina (em função da necessidade de conciliar as atividades profissionais com domiciliares), com a elevação de 56,5% para 58,3%, respectivamente.

A análise segundo o rendimento médio mensal, mostrou uma pequena diminuição do diferencial entre os rendimentos de homens e mulheres que, apesar disso, ainda continuava alto. Em 1992, a média feminina de rendimento representava 72,8% da masculina, enquanto que em 2007 essa diferença era de 75,6%. Esta redução no diferencial de renda entre os sexos deve-se ao aumento mais intenso dos níveis de escolaridade das

mulheres ocupadas, à política de melhoria do poder aquisitivo do salário mínimo, e à ação dos sindicatos e entidades feministas.

2. O aumento da exclusão social entre as mulheres

O crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a presença cada vez mais intensa entre os ocupados não significou necessariamente maiores facilidades para se obter uma colocação. Isto porque geralmente precisavam conciliar as necessidades de organização e reprodução da família, com o trabalho fora de casa, levando as mesmas à procurar postos de trabalho em que pudessem combinar o cuidado da casa e das pessoas ali residentes (filhos, pessoas idosas, enfermas etc.), com o exercício de um trabalho remunerado fora de casa. Pelo fato das mesmas serem mais afetadas nas interrupções de trajetória profissional decorrentes de necessidades familiares, isto proporcionava diferenças no tempo esperado para inserção no mercado de trabalho, sendo o tempo de inserção das mulheres superior ao tempo de inserção dos homens.

Além dos problemas relativos à extensão da jornada de trabalho e à possibilidade de trabalhar a maiores distâncias de seu domicílio, o problema da comprovação da experiência anterior também contribuiu para que as características do desemprego de homens e mulheres sejam diferentes. Isso envolve períodos maiores de falta de trabalho para as mulheres, prejudicando sua capacidade de inserção, uma vez que quanto mais restrita a capacidade de geração de novos postos no mercado de trabalho, mais elevadas são as demandas para recrutamento, inclusive ignorando experiências de trabalho que tenham ocorrido a mais tempo, em detrimento daqueles que teriam perdido ou deixado seu último posto de trabalho a menos tempo, que geralmente têm menor necessidade de treinamento (MONTAGNER: 2004).

Nas relações de trabalho capitalistas, há um importante elemento discriminador do trabalho feminino que resulta, em grande parte, da dificuldade imposta pelas empresas para contratá-las, em função dos alegados custos relacionados à manutenção de mulheres no emprego com riscos de gravidez, quando sabe-se que parte dos benefícios a que a mãe tem direito é de responsabilidade do sistema de seguridade social, e não significam custos diretos da empresa (DIEESE: 2001).

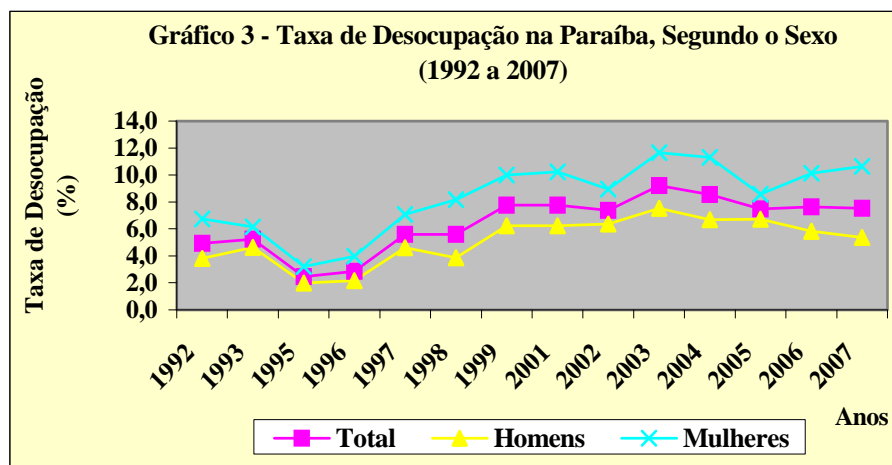
Esses e outros fatores, como, por exemplo, as discriminações em relação às características pessoais (idade, raça/etnia etc.), agem em conjunto, de forma a proporcionar taxas de desemprego mais elevadas para as mulheres, e mais tempo de procura para conquistar uma ocupação, mesmo em momentos de crescimento das atividades econômicas e de criação de novos postos de trabalho.

Na Paraíba, o maior ritmo de crescimento dos desocupados (75,5%) em relação à PEA (15,3%), entre 1992 e 2007, fez com que a taxa de desocupação¹¹ passasse de 4,9% para 7,5% (Gráfico 3), atingindo mais intensamente as mulheres (passou de 5,4%, para 10,6%) do que os homens (passou de 6,7% para 3,8%). Em relação à idade, os jovens foram os mais atingidos pelo desemprego, em função dos baixos níveis de experiência profissional e instrução formal. Fazendo a análise de gênero cruzada com a etária, percebemos que efeito conjunto sobre as mulheres é ainda maior: na Paraíba, as taxas de desocupação juvenil masculina passaram de 8,1% para 10,8%, respectivamente, enquanto

¹¹ A taxa de desocupação é um indicador que estabelece a relação entre a população desocupada e a PEA, ou seja, indica a proporção de desocupados na PEA.

as taxas de desocupação juvenil feminina saltaram de 12,2% para 20,9%, no mesmo período!

Ressalte-se, por fim, o impacto negativo indireto que o aumento das taxas de desemprego masculina têm sobre a vida de algumas mulheres trabalhadoras, que são levadas a assumir, cada vez mais, o papel de pessoa responsável pelo domicílio, pois se o desemprego estrutural contribui para afirmar a competência feminina no desempenho de atividades masculinas, como ressalta Fischer (2001: p. 4), por outro lado, aumenta a sobrecarga de trabalho e a responsabilidade delas para com o domicílio.



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Anos Seleccionados).

3. CONCLUSÕES FINAIS

No que diz respeito à análise do mercado de trabalho paraibano, numa perspectiva de gênero, observou-se um aumento da participação feminina, seja em relação aos que estavam efetivamente ocupados, seja em relação aos desocupados, que teve expressivo crescimento no período considerado. Entre os ocupados, a grande participação das mulheres que trabalhavam na condição de domésticas, de autônomas, de não remuneradas, bem como na produção para o próprio consumo evidenciam a vulnerabilidade do trabalho feminino, ainda que sua importância em algumas destas atividades tenha diminuído. Em contrapartida, verificou-se o grande crescimento de sua participação entre os empregadores. Constatou-se também o crescimento da participação relativa das mulheres na indústria, na agricultura e no comércio, bem como a redução na construção civil e no segmento de serviços, sendo que, neste último caso, sua participação ainda continuava hegemônica. O que nos chama atenção neste grande avanço das mulheres, foi a sua atuação em profissões que tradicionalmente eram desempenhadas pelos homens.

O que os dados também revelaram foi crescimento da importância do trabalho de mulheres adultas, com jornada semanal de trabalho entre 40 e 44 horas e maiores níveis de escolaridade, significando uma melhoria de seu perfil. Além disso, a melhoria do perfil dos ocupados em relação aos rendimentos auferidos, que pode denotar uma diminuição dos níveis de pobreza da população trabalhadora paraibana, aliado à redução no diferencial de rendimentos entre os sexos, são elementos que apontam para a redução das desigualdades sociais na Paraíba, especialmente entre homens e mulheres.

Pode-se concluir afirmando que, no bojo das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, e, em particular no paraibano, o aumento da participação feminina teve grandes repercussões no mundo do trabalho, não só porque significou uma barreira vencida pelas mulheres no seu processo de emancipação sócio-econômica, mas também porque contribuiu para alterar a divisão sexual do trabalho, até então prevalecente. O fato desse fenômeno ter ocorrido num momento de crise do mercado de trabalho, com aumento da exclusão e da precarização das condições de trabalho, nos leva a refletir sobre o alcance e a permanência dos fatores positivos acima observados, de forma a proporcionar uma maior equidade nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

João Pessoa, 19 de junho 2009.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Souza. *Evolução do Mercado de Trabalho Paraibano no Período Recente: Mudanças e Permanências*. In: Qualificar Para Que? Qualificação Para Quem?: Do global ao Local: O que se Espera da Qualificação Profissional Hoje. Roberto Veras de Oliveira (Org.). São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006. P.p. 153-170.

BRUSCHINI, Cristina. *Gênero e Trabalho no Brasil: Novas Conquistas ou Persistência da Discriminação?* In: Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios. Maria Isabel Baltar da Rocha (Org.). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. P.p. 13-58.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; & UNBEHAUM, Sandra. *Trabalho, Renda e Políticas Sociais: Avanços e Desafios*. In: O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006. P.p. 62-93.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *As Mulheres no Mercado de Trabalho*. In: A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001, p.p. 103-126.

FISCHER, Izaura Rufino. *Gênero e Exclusão Social*. Disponível na página da FUNDAJ na Internet (www.fundaj.gov.br/tpd/113.htm), Série Trabalhos Para Discussão, nº 113, agosto de 2001. 9 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 1940, 1970, 1980, 1991 e 2000.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – Suplemento Paraíba*. Anos Selecionados.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais*. 1996 e 2007.

MELO, Hildete Pereira de. *O Mercado de Trabalho nos Anos 90: Revisitando a Invisibilidade do Trabalho Feminino*. In: Um Debate Crítico a Partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero. São Paulo: CUT, 2002, p.p. 67-75.

MONTAGNER, Paula. *A Reestruturação Produtiva e o Desemprego da Mulher*. In: Reconfigurações das Relações de Gênero no Trabalho. São Paulo: CUT, 2004, p.p. 71-80.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. *Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1997, p.p. 124-131.